



RESISTÊNCIA
INDÍGENA
NEGRA E
POPULAR

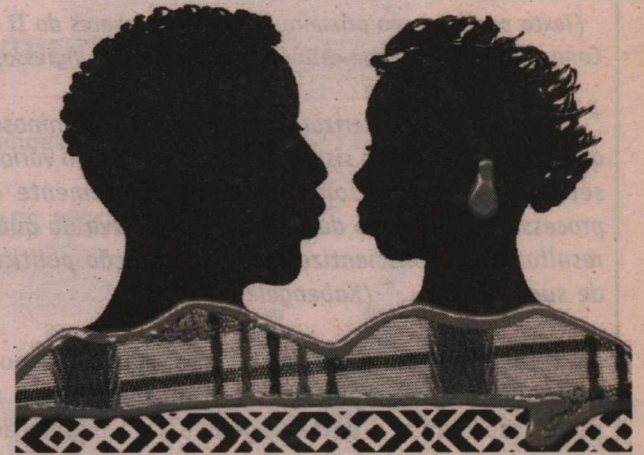
BRASIL: OUTROS 500

Boletim



SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE A RACISMO

Julho /99



APRESENTAÇÃO

O primeiro semestre de 1999 começou com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, enfrentando uma grave crise econômica e social, combinada com uma profunda crise de credibilidade interna e externa

Refém do mercado e do FMI, a governabilidade de FHC é questionada e as pesquisas indicam queda de sua popularidade, frente a um cenário político com desdobramentos imprevisíveis: a quebra do plano real; ampliação do desemprego; falência dos Estados e Municípios, diante da queda acentuada da atividade econômica e dos tributos; denúncias de corrupção que envolvem membros e setores aliados do governo, através da CPI dos Bancos e do Judiciário; visíveis sinais de divisão entre os partidos governistas que antecipam o debate sobre a sucessão presidencial.

Em paralelo, a agenda política do país indica que os movimentos sociais, os partidos de oposição e setores da sociedade que passam a discordar do comando de FHC e seus aliados, começam a se organizar para fazer frente ao duro e instável quadro econômico e político.

Os partidos de esquerda e os movimentos sociais, através do Fórum Nacional de Lutas, por Trabalho, Terra e Cidadania, impulsionam um processo de mobilizações que reforçam o sentimento de indignação que, felizmente, o povo brasileiro começa a manifestar, exigindo profundas mudanças na condução da economia, da política e dos destinos de nosso país; com soberania e sem a



Agenda Afro-brasileira

ingerência de organismos internacionais como o FMI - Fundo Monetário Internacional. Está sendo organizada a Marcha dos 100 mil sobre Brasília em 26 de Agosto e a coleta de assinaturas pelo enquadramento de FHC em crime de responsabilidade e pela CPI da Telebrás.

O movimento negro se unifica e com as organizações indígenas, sindicais e do movimento popular, lança o Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: outros 500. Impulsiona uma campanha que se contrapõe aos festejos oficiais de "descobrimto" do Brasil e chama o povo brasileiro a uma reflexão sobre sua própria identidade, sua formação histórica e, conseqüentemente, sobre as raízes de seus estruturais e crônicos problemas de exclusão, desigualdade, racismo e discriminação.

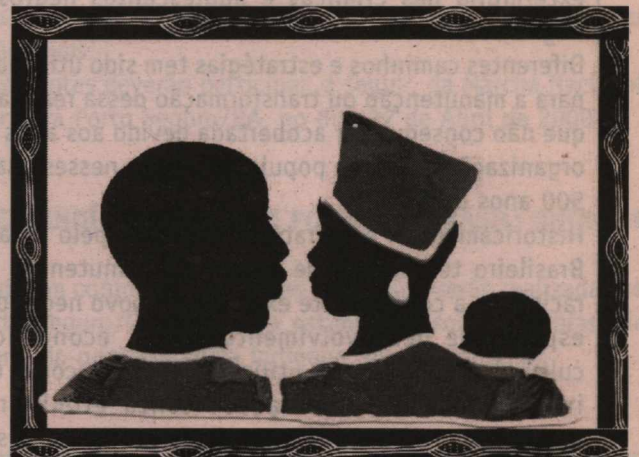
O nosso partido, o PT, tem a incumbência de liderar a oposição à política econômica e ao governo de FHC, mobilizando a sociedade e apresentando propostas alternativas para os rumo a serem adotados para o desenvolvimento do país.

Neste contexto ganha relevância, no plano interno, a preparação do II

Congresso Nacional do PT. Para além das disputas internas comuns a um partido que se reivindica plural e democrático, o PT tem, também, que se reorganizar para responder aos futuros embates políticos na luta institucional e social. Condição necessária para que sejamos não só um contraponto mas uma alternativa concreta ao decadente modelo neoliberal assumido por FHC e os partidos que compõem a sua base de sustentação.

Nós, da SNCR, sabemos de nossas responsabilidades: diante dessa conjuntura- a população negra será, infelizmente, entre os trabalhadores e os excluídos, o setor mais atingido pela crise econômica e social em curso.

Cientes destas responsabilidades, com esse Boletim informamos e socializamos os debates que estão sendo realizados no Partido e em nossa Secretaria, com o objetivo de orientarmos a intervenção na conjuntura e nas ações propostas pelo PT, pela SNCR e pelo Movimento Negro.



II CONGRESSO NACIONAL DO PT
DIAS 24 A 28 DE NOVEMBRO DE 1999
BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS

Aprofundar o debate sobre o combate ao racismo

(Texto publicado no primeiro caderno de debates do II Congresso do PT "O que está em jogo neste II Congresso")

"...um racismo caracterizado pôr um silêncio criminoso que, além da exclusão sistemática dos negros em vários setores da vida nacional, prejudica fortemente o processo de formação da identidade coletiva da qual resultariam a conscientização e mobilização política de suas vítimas..." (Kabengele Munanga)

As relações raciais no Brasil são marcadas por indicações que implicam em vantagens para a população branca e desvantagens para a população negra.

Desigualdades estas que não podem ser explicadas unicamente pela contradição principal que se estabelece entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas sua força de trabalho.

Outras contradições existem e têm sido expressas pelo movimento negro organizado no Brasil que, a partir da década de 70, ao discutir o racismo enquanto instrumento de exploração de classe consegue dar um novo rumo a luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial em nosso país. A partir dessa compreensão o movimento negro passa a explicar mais objetivamente porque apesar da industrialização, mobilidade social, urbanização, alcançada pela sociedade brasileira até essa década, essas desigualdades persistem e a denunciar que o racismo atua como um instrumento de dominação social, determinando a participação subordinada de grupos não-brancos na estrutura de poder e riqueza da sociedade.

São desenvolvidos então importantes estudos que comprovam a discriminação racial no trabalho; a divisão racial de espaço / moradias; deficiências com recorte racial no atendimento a saúde e a alimentação; uma educação com conteúdos didáticos racistas; a violência e a exploração contra a mulher negra; meios de comunicação que depreciam a imagem e a auto-estima do negro; a violência policial e o extermínio das crianças e adolescentes negros e negras, etc.

Diferentes caminhos e estratégias tem sido utilizadas para a manutenção ou transformação dessa realidade que não consegue ser acobertada devido aos anos de organização e luta da população negra nesses quase 500 anos de Brasil.

Historicamente, a estratégia utilizada pelo Estado Brasileiro tem sido a de garantir a manutenção do racismo e a conseqüente exclusão do povo negro dos espaços de desenvolvimento social, econômico, cultural e político. Ao utilizar o racismo como um instrumento de dominação, tenta eliminar a possibilidade de conflito nas relações raciais e esvaziar a explosividade e o conteúdo revolucionário

da luta anti-racismo.

Em contraposição, a militância do movimento negro contemporâneo (em sua maioria organizada no PT desde a sua fundação) tem construído uma outra estratégia, de conteúdo revolucionário, para a alteração do tratamento das relações raciais e para o combate ao racismo em nosso país.

Mesmo considerando as conquistas obtidas - a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo é uma delas - o debate e a implementação dessa estratégia não foi incorporada pelo PT: do manifesto de fundação do Partido ao manifesto do II Congresso ainda são limitados os avanços!

Um debate inconcluso: o racismo ainda é considerado uma questão de classe

"As esquerdas brasileiras, até a década de 1970 não possuíam um discurso de combate ao racismo, mas alegavam que suas propostas contemplavam a população negra; o racismo sendo compreendido como conseqüência da pobreza generalizada dos negros, o que equivale dizer que racismo é uma questão de classe"

Essa constatação faz parte da tese de uma militante do movimento negro e do PT de São Paulo¹ que estudou a postura da esquerda em relação ao combate ao racismo, utilizando documentos políticos das organizações clandestinas que resistiram ao regime militar e os documentos iniciais que permitiram a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Integra uma crítica da maioria das lideranças anti-racismo, do movimento negro contemporâneo e de estudiosos importantes como Florestan Fernandes e Otávio Ianni, que começam a alterar uma visão ortodoxa das esquerdas brasileiras, que nas suas teorias e práticas políticas não consideram a diversidade de nossa realidade, assim como seus aspectos culturais. E que, como exemplo, no tratamento de questões relativas à força de trabalho e emprego, não fazem uma reflexão sobre as condições específicas de inserção da população trabalhadora na estruturação produtiva, considerando fatores como raça/etnia, sexo e idade.

Mesmo admitindo avanços na incorporação dessas indagações entre as esquerdas, em especial no Partido dos Trabalhadores, este texto pretende introduzir o debate visando a intervenção no II Congresso, em torno das estratégias para estas questões ainda compreendidas em nosso partido como Setoriais.

Resgatamos, nesse sentido, algumas das afirmações contidas no relatório do IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, realizado no ano de 1996, que reforçam esse posicionamento:

"Apesar do PT se reivindicar portador de uma nova matriz no complexo universo político da esquerda e na trajetória histórica brasileira, isso não o imuniza diante da ideologia racista hegemônica. Além disso, decorridos mais de quinze anos de experiência petista podemos afirmar a cada dia com maior segurança que, mesmo com elementos diferenciados que dão certa originalidade ao partido, o PT é, sobretudo, continuidade reciclada da tradição de esquerda que reduz as contradições da sociedade ao terreno econômico e enxerga o Brasil com um olhar branco.

O PT, um partido com vocação socialista, interpreta as relações

1 SANTOS, GEVANILDA, G. PARTIDOS POLÍTICOS E A QUESTÃO RACIAL, SÃO PAULO, TESE DE MESTRADO, PUC, 1991

sócio-raciais como produto das desigualdades da formação social brasileira e incorpora tal interpretação no seu discurso programático, mas não trata esta questão como um eixo básico para a contra-hegemonia na sociedade civil, e sim como uma questão de minoria. Por isso garante uma fatia do poder para os setores "minoritários" caso eles sejam capazes de pressionar para obtê-lo. Essa fatia do poder será viável ao exercício da cidadania do negro, se os militantes negros e negras, tiveram capacidade de acumular força suficiente para se fazer representar nas instâncias de poder. Mas essa alavanca não é impulsionada pelo partido na medida em que a concepção e ação advinda da relação raça e classe é embrionária na sociedade brasileira e tem reflexos no cotidiano de um partido, mesmo sendo ele o PT. O que adia a transformação das desigualdades sócio-raciais brasileiras."

Aparentemente, um debate que pode ser incluído no interior de uma alteração de estatuto partidário, ou seja, uma questão organizativa. Entretanto, ao encarar o combate ao racismo e a discriminação como setorial, como tarefa exclusiva dos próprios discriminados e atingidos pelo racismo, o PT comete um equívoco político comum entre as forças de esquerda: qualquer proposta de transformação social não pode prescindir da incorporação dessas realidades consideradas como secundárias, mas como problemas sociais que reivindicam soluções gerais e componentes da totalidade de um projeto de uma nova sociedade.

O COMBATE AO RACISMO É ESTRATÉGICO NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Todos esses pontos devem ser somados a uma leitura necessária quanto a crueldade do racismo brasileiro que é fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro, que representa metade da população brasileira. Que tem se perpetuado ao longo da história de formação do Estado brasileiro - nos 500 anos de "descobrimto" do Brasil é importante lembrar que seu desenvolvimento se deve a quase 400 anos de escravização e de utilização da força de trabalho de negros e negras.

A partir da compreensão, mesmo que esquemática, do conjunto das idéias aqui expostas é que constatamos a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. Que é impossível a construção da cidadania do povo negro nos limites da sociedade brasileira atual. E que o combate ao racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil como para pensarmos uma sociedade futura, multirracial, democrática e socialista, como nos ensina o eterno mestre e companheiro Florestan Fernandes em um de seus textos:

"Nunca haverá democracia no Brasil nem será possível a existência de uma república democrática enquanto persistir a desigualdade racial e a discriminação dos negros. Trata-se de uma liberação às avessas: o antigo escravo carrega consigo a solução do dilema número um do Brasil, pois de sua auto-emancipação coletiva depende a autoridade legítima e o próprio destino das antigas camadas senhoriais, dos seus descendentes e sucessores desenraizados da sociedade escravocrata. Voltamos à dialética do senhor e do escravo apontada por Hegel. Ou ambos serão livres, ou a liberdade de um forjará a sujeição do outro, bloqueando o advento da democracia como estilo de vida."

Um dilema que está em jogo e que precisa ser
resolvido no II Congresso.

Flávio Jorge R. Silva
Secretário Nacional de Combate ao Racismo

REALIZAR OS ENCONTROS SETORIAIS ESTADUAIS, FORTALECER A SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO E GARANTIR UMA PARTICIPAÇÃO QUALITATIVA NO II CONGRESSO NACIONAL DO PT

A SNCR, por decisão de seu coletivo de direção, reconhece a liberdade da militância em optar por outras formas de participação (encontros de núcleos, zonais ou municipais) de acordo com a realidade de cada Município ou Estado. Mas está orientando os companheiros (as) a realizarem os Encontros Setoriais de Negros e Negras no sentido de fortalecer o processo de construção de nossa Secretaria e garantir uma delegação significativa para influirmos nas definições do II Congresso do nosso Partido.

Destacamos alguns pontos das normas para participação no Congresso, que são importantes para a realização dos Encontros Setoriais Estaduais:

• Os Encontros Setoriais Estaduais deverão ser realizados nos dias 11 e 12 de Setembro de 1999;

• Participam com direito a voz e voto nos Encontros Setoriais, todos os filiados até 07 de julho de 1999;

• A participação nos Encontros Setoriais Estaduais garante a presença como delegados nos Encontros Estaduais, na proporção de 1 (um) delegado (a) para cada 20 (vinte) presentes e no II Congresso, na proporção de 1 (um) delegado (a) para cada 50 (cinquenta) presentes. Permite ainda participar do Encontro de Base (Municipal, Zonal ou de Núcleo) "com direito a voz e voto, em lista separada, somente para eleger a respectiva direção partidária, não podendo, no entanto, ser incluído no cálculo do quorum para eleição de delegados";

• A realização dos Encontros Setoriais Estaduais garante a participação no Diretório Nacional da seguinte forma: por um membro indicado pelo Setorial " ... desde que sejam realizados Encontros Setoriais em pelo menos 5 (cinco) Estados, observados o quorum de 50 (cinquenta) presentes em cada um deles", " ... mais um por setor para cada 15 (quinze) delegados nacionais presentes (no II Congresso), eleitos pelos Encontros Setoriais"; " ... os representantes dos Setoriais a que se refere esse artigo serão escolhidos, através de votação, no Encontro Setorial Nacional ou, na ausência deste, durante a realização do II Congresso, no Fórum de delegados eleitos pelos Encontros Setoriais Estaduais";

• O Setorial Nacional ou 6º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, será realizados nos dias 30 e 31 de Outubro. Esse Setorial/Encontro elege, também, a nova direção da SNCR;

• Outras informações sobre a pauta, finanças, dinâmica, documentos básicos para inscrição de delegados, disposições gerais e recursos, referentes a realização dos Encontros Setoriais Estaduais, podem ser encontradas no texto completo com as Normas Gerais para participação no II Congresso, que está a disposição da militância nos Diretórios Regionais e Municipais; na página do PT na Internet: <http://www.pt.org.br>; com Mesquita Bola nos fones (011) 233-1378/1376 ou pelo E. Mail pt.racismo@nutecnet.com.br

ENCONTROS SETORIAIS NAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO II CONGRESSO

Art.29: São considerados setores os movimentos sociais e espaços de atuação partidária que têm alguma expressão orgânica em nível nacional, a saber: sindical, agrário, mulheres, negros, ecologia, portadores de deficiências, saúde, assuntos indígenas, educação, juventude e transportes, moradia e associações de moradores.

§ 1º: Os onze setores mencionados neste artigo poderão realizar Encontros Estaduais, podendo eleger delegados diretamente para o II Congresso na proporção de 1 delegado para cada 50 presentes.

§ 2º: Os Encontros Setoriais, de abrangência estadual também elegem delegados para os Encontros Estaduais na proporção de 1 delegado para cada 20 presentes.

§ 3º: Nos casos específicos de Encontros Setoriais de portadores de deficiências físicas e assuntos indígenas o quórum e a proporção de delegados por número de presentes é a metade do previsto nos parágrafos anteriores.

Art.30: A organização dos Encontros Setoriais será de responsabilidade dos Diretórios Regionais, ouvida a Comissão Executiva Nacional.

Art.31: Os Setoriais deverão comunicar às direções estaduais, até 02 de agosto, a decisão de realizar Encontro com o objetivo de eleger delegados.

§ 1º: Na hipótese prevista neste artigo, os Setoriais deverão remeter à direção estadual, 30 (trinta) dias antes da data da realização do Encontro Setorial, a lista dos filiados aptos a votar.

§ 2º: Os Setoriais deverão, ainda, comunicar a todos os Diretórios Municipais de origem dos filiados, aqueles que participarão do respectivo Encontro Setorial, no mesmo prazo a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 32: As chapas para delegados indicarão, em separado, os candidatos a delegados ao Encontro Estadual e ao II Congresso.

§ único: As chapas devem ser inscritas no próprio Encontro Setorial.

Art. 33: O filiado que optar por participar de Encontros Setoriais poderá, ainda, participar do Encontro de Base (Municipal, Zonal ou de Núcleo), com direito a voz e voto, em lista separada, somente para eleger a respectiva direção partidária, não podendo, no entanto, ser incluído no cálculo do quorum para eleição de delegados.

Art. 34: Têm direito a participar dos Encontros Setoriais todos os filiados que se reivindicarem do movimento específico ou setor em questão, que estejam em dia com suas contribuições financeiras e que conste da relação de filiados a que se refere o artigo 4º do presente Regulamento.

§ 1º: Para participar do Encontro Setorial o filiado deverá apresentar, no ato do credenciamento, comprovação de filiação ao PT.

§ 2º: Os participantes dos Encontros Setoriais deverão assinar lista de presença, na qual deverá constar, obrigatoriamente, o Diretório de origem do filiado.

§ 3º: O lançamento do valor da contribuição ao Partido poderá ser efetivado no ato do credenciamento ao Encontro Setorial, desde que o filiado apresente o recibo de pagamento de sua última contribuição partidária.

Art. 35: Os delegados setoriais eleitos diretamente ao II Congresso e que não são delegados ao Encontro Estadual têm direito a ser observadores nos Encontros Estaduais.

A Comissão Nacional Organizadora do II Congresso é composta por Marco Aurélio Garcia, coordenador – geral; Francisco Rocha da Silva; Valter Pomar; Joaquim Soriano; Vitória Canceli; Tarso Genro; Clara Ant; Sávio Bones; Rômenio Pereira; Ozeas Duarte e Silvio José Pereira.

PRINCIPAIS DATAS DO CALENDÁRIO 1999 (COM DESTAQUE PARA A REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS SETORIAIS)

JULHO

◆ 07 de julho – Quarta-feira

Prazo final para filiações e registro de Comissões Provisórias.

◆ 25 de julho – Domingo

Prazo final para entrega dos textos para o 3º Caderno de Debates – Pré-teses.

Tema: "Conjuntura e Perspectiva, Programa, Construção Partidária, 20 anos do PT" – (15 laudas- 20 assinaturas de filiados de 5 Estados)

AGOSTO

◆ 02 de agosto – Segunda-feira

Prazo final para os Setoriais comunicarem às Direções Estaduais, a decisão de realizar Encontro com o objetivo de eleger Delegados.

◆ 06 e 13 de agosto – Sexta-feira

Prazos finais para filiados desempregados que não obtiveram nenhuma renda solicitar por escrito dispensa da contribuição financeira nos Encontros de Base de 21 e 28 de agosto respectivamente.

◆ 12 de agosto – Quinta-feira

Prazo final para Setoriais remeterem à Direção Estadual a lista dos filiados aptos a votar e comunicarem a todos os DM's de origem dos filiados aqueles que participarão do respectivo Encontro Setorial.

◆ 21, 22, 28 ou 29 de agosto

Encontros de Base sem Zonais Municipal/Zonal/Núcleos

◆ 25 de agosto – Quarta-feira

Prazo final para entrega dos textos para o 4º Caderno de Debates.

Tema: "Debate sobre as Pré-teses" – (5 laudas)

SETEMBRO

◆ 11 e 12 de setembro – Sábado e Domingo

Encontros Setoriais Estaduais

◆ 17 de setembro - Sexta-feira

Prazo final para:

• Setoriais entregarem à Coord. do II Congresso a documentação original do respectivo Encontro.

◆ 18 e 19 ou 25 e 26 de setembro

Encontros Municipais que têm Zonais

◆ 22 de setembro - Quarta-feira

Até às 21:00hs prazo final para:

Apresentação de recursos à Instância Nacional s/ Encontros Setoriais Estaduais e das decisões dos órgãos estaduais s/realização dos Encontros de Base.

◆ **25 de setembro - Sábado**

Prazo final para entrega dos textos para o 5º Caderno de Debates.

Tema: "Debate sobre as Pré-teses" - (5 laudas)

OUTUBRO

◆ **15 de outubro - Sexta-feira**

R/CEN

Prazo final para:

• Julgamento pela Instância Nacional dos recursos s/realização dos Encontros de Base e Encontros Setoriais Estaduais.

◆ **16 e 17 ou 23 e 24 de outubro -**

Encontros Estaduais

◆ **25 de outubro - Segunda-feira**

Prazo final para entrega dos textos para o Teses - versão final.

Tema: "Conjuntura e Perspectiva, Programa, Construção Partidária, 20 anos do PT" - (15 laudas - 20 assinaturas de filiados de 5 Estados)

◆ **30 e 31 de outubro - Sábado e Domingo**

Encontros Setoriais Nacionais

NOVEMBRO

◆ **08 de novembro - Segunda-feira**

Até às 21:00hs prazo final p/entrega da documentação à instância nacional de recursos s/a realização dos Encontros Setoriais Nacionais.

◆ **24 de novembro - Sábado**

R/DN

Prazo final p/julgamento pela instância nacional dos recursos s/a realização dos Encontros Estaduais e Setoriais ou qualquer outro recurso pendente.

◆ **24, 25, 26, 27 e 28 de novembro**

II Congresso Belo Horizonte - MG

Nota: O calendário completo poderá ser encontrado nos Diretórios Regionais e Municipais ou na página do PT - <http://www.pt.org.br>

PLANEJAMENTO DA SNCR PARA O II CONGRESSO

Aprovado em reunião do Coletivo da SNCR realizada em 26 e 27 de fevereiro e ajustado ao calendário e normas para participação no II Congresso aprovadas em reunião do Diretório Nacional de 10 e 11 de Abril e da Comissão Executiva Nacional em 07 e 28 de Maio de 1999.

As atividades propostas pela SNCR obedecem ao seguinte calendário:

■ Julho/Agosto - debates/seminários "O II Congresso e o Combate ao Racismo" a serem realizados nos Estados; preferencialmente onde existem Secretarias Estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Maranhão;

■ 25 de Julho - término do prazo de entrega dos textos para caderno de teses da SNCR e caderno pré-teses do DN;

■ 30 e 31 de Julho - reunião do coletivo da SNCR;

■ 1ª. quinzena de agosto - publicação do caderno de

teses da SNCR;

■ 11 ou 12 de setembro /99 realização dos Encontros Setoriais;

■ 01 e 02 de Outubro - reunião do Coletivo da SNCR;

■ 29 de Outubro - reunião do Coletivo da SNCR;

■ 29 a 31 de Outubro - 6º. Encontro Nacional Setorial de Negros e Negras do PT;

■ 23 de Novembro - reunião da nova direção da SNCR, em Belo Horizonte/MG;

■ 24 a 28 de Novembro - reunião com delegados e delegadas durante o II Congresso.

■ 24 a 28 de Novembro - participação no II Congresso.



RESISTÊNCIA
INDÍGENA
NEGRA E
POPULAR

BRASIL: OUTROS 500

Com o lançamento em âmbito nacional no dia 19 de abril de 1999, a partir de uma passeata do Campo Grande ao Largo do Pelourinho, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, e de manifestações em outras regiões do país, o Movimento começa a ganhar às ruas.

Tem como objetivo sensibilizar Partidos, Movimentos Sociais, Universidades e personalidades, no sentido de nos mobilizarmos para nos contrapormos aos festejos que estão sendo preparados pelo Governo Federal e órgãos de imprensa como a Rede Globo para "comemorar" os 500 anos do Brasil.

O Movimento Negro, juntamente com as organizações indígenas, tem cumprido, até o momento, significativo papel na sua articulação.

Além das atividades já previstas para o ano 2000 como a Marcha Nacional em direção a região de Cabralia/Porto Seguro, na Bahia, um conjunto de ações estão sendo planejadas pelo Comitê Nacional cuja sede está localizada na cidade de Salvador/BA. O PT definiu como mote principal do II Congresso o conteúdo temático que está sendo divulgado pelo Movimento. Tem uma Comissão Nacional (integrada pela SNCR) com a tarefa de organizar a participação do Partido no movimento. Essa comissão tem um conjunto de propostas preliminares contendo propostas de ações do PT e de incorporação as ações coletivas do Movimento que serão em breve socializadas entre nossa militância.

A Fundação Perseu Abramo, vinculada ao Partido dos Trabalhadores, também aprovou um manifesto e um

conjunto de proposições para sua incorporação ao movimento.

Publicamos a seguir o Manifesto aprovado pelas entidades que já fazem parte do Movimento, o Manifesto da Fundação Perseu Abramo e a proposta preliminar que está sendo debatida no PT.

MANIFESTO

BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

Aproxima-se a data - 22 de abril de 2.000 - que nos fará refletir sobre o dia, 500 anos atrás, em que um grupo armado de portugueses desembarcou nestas terras, com a meta de anexá-la como território colonial.

Aqui viviam, há mais de 40 mil anos, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Eram os legítimos donos destas terras, possuidores de tudo - menos de anticorpos para doenças européias, de armas mortais à base de pólvora e chumbo, nem do impulso de violência, exploração, depredação e saque. Disto, eram portadores privilegiados aquele grupo de homens maltrapilhos e doentes que desceu na praia da hoje Cabralia, sul da Bahia, cinco séculos atrás, dizendo que estavam "descobrimo um Novo Mundo" e que para estas terras trariam seus ideais de civilização, progresso e evangelização.

Naquele dia foi dado início à expansão do Velho Mundo nestas terras, através da sua brutalidade letal e organizada, pronta para projetar-se contra tudo e contra todos que estivessem em seu caminho. Aquele 22 de abril de 1.500 foi um dia mítico, matriz de uma história violenta e desumana, que continua até os nossos dias.

NOSSA LEITURA HISTÓRICA

Nós, povos indígenas, movimento negro, movimentos sociais e entidades articulados no movimento **Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular** fazemos uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido - dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial.

Não acreditamos numa história escrita pelas classes dominantes, em que estas se colocam como protagonistas únicos e vencedores inconteste, tendo seus personagens guindados à posição de heróis de uma versão mistificadora e falsa do processo histórico. Pretendemos, através do nosso movimento, desmistificar a construção da mentira oficial e revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos negros escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e excluídos:

➔ **a verdade dos povos indígenas** que, ao longo destes cinco séculos, vem sofrendo um processo contínuo de extermínio e abandono, não obstante as lutas heróicas e desiguais que sempre travaram - e continuam travando - para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas religiões, seus projetos de vida;

➔ **a verdade dos povos africanos** que, aprisionados, arrancados violentamente de suas terras e

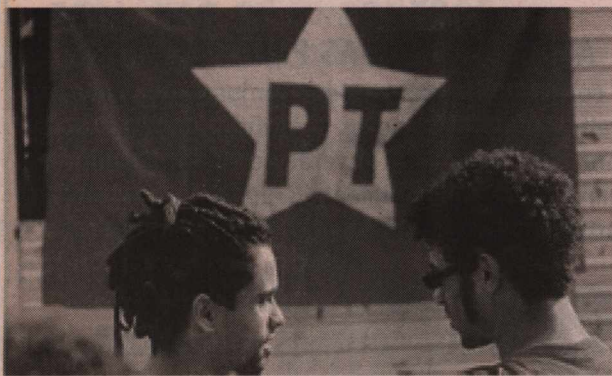


Foto: Alexandre Machado

NOSSAS CELEBRAÇÕES

Nosso movimento **Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular** pretende celebrar sim, mas celebrar as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão seus nomes inscritos nos livros de história. Vamos celebrar sim, as vitórias que nos custaram tanto sangue e tantos mártires, tanto sofrimento e esperança nos corações de gente que nada tinha para lutar, senão a sua fé num mundo menos desumano.

Vamos celebrar sim, as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe, de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança.

No marco destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro. Herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós.

NOSSAS AÇÕES

Para atingir nossos objetivos de refletir e celebrar a resistência indígena, negra e popular nestes 500 anos de história brasileira, nos comprometemos com as seguintes ações:

► desencadear, em todos os movimentos e entidades nos quais participamos o processo de reflexão, atividades culturais e de luta que tenham como referência a questão dos 500 anos;

► lançar, durante a semana de 18 a 24 de abril de 1999, de forma simultânea e articulada, em todo o país, por parte de todos os movimentos sociais que se engajarem, o movimento **Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular**;

► durante o mês de abril do ano 2.000, realizar diversas ações no extremo sul da Bahia - marcha conjunta, ato ecumênico e ato cultural - para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular e

► articular nosso movimento com as lutas sociais já existentes em âmbito local, regional e nacional e projetá-lo no âmbito internacional, tanto na América Latina como na Europa, particularmente em Portugal. Dezembro de 1998.

MANIFESTO DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Brasil: uma sociedade fundada no conflito ... e na sua dissimulação.

Às vésperas dos 500 anos do desembarque da frota portuguesa que deu início à *empresa colonial* nestas latitudes, os diferentes segmentos da sociedade que se constituiu ao longo dos cinco séculos tratam de expor, cada um deles, sua leitura, sua interpretação

do tempo histórico percorrido. Não escapa a nenhum dos atores o fato originário, gerador de todo o processo: a sociedade brasileira como uma sociedade assentada sobre o saque colonial e a exploração da mão-de-obra escrava; portanto, uma **sociedade fundada no conflito**. O povoamento da costa; o estabelecimento das feitorias; a necessidade de penetrar o sertão; as *"guerras justas"* movidas contra os povos indígenas; a economia canavieira; a *"necessidade"* do braço escravo e a montagem da gigantesca fornalha em que se consumiram milhões de africanos, por quatro séculos - sem dúvida um dos maiores empreendimentos da história da acumulação capitalista -; a constituição do latifúndio como mecanismo de apropriação da terra e do mando; a busca do ouro e dos diamantes nas Minas Gerais; a economia do café e o percurso histórico e geográfico do Vale do Paraíba, São Paulo e norte do Paraná; a estratégia do *branqueamento* e a incorporação dos migrantes europeus e japoneses no sudeste e sul do país, todo esse processo será, sem dúvida, passado em revista.

Aqueles que guardam, como parte de sua herança, vínculos com o passado colonial, têm buscado ao longo da história dissolver ou dissimular o contorno da **sociedade fundada no conflito** e construir uma minuciosa interpretação que torne mais suportável para si e para os setores populares a crueza dos fatos. Foram, com o tempo, convertendo aquela interpretação numa *cultura* e até numa espécie de segunda natureza. Para essa elite, quanto mais feroz o conflito, tanto maior a necessidade de revesti-lo com um discurso que o negue ou o dissimule de tal forma que perca todo o poder de impacto como experiência vivida, sobre o imaginário da sociedade. Aqueles segmentos e suas organizações sociais, políticas e culturais - entre os quais se inclui a Fundação Perseu Abramo - que recolhem e cultivam a herança da resistência às *guerras de apresamento dos gentios*; à escravidão dos negros na senzala e das lutas libertárias nos quilombos; ao saque colonial; à exploração capitalista dos ex-escravos, imigrantes e da classe trabalhadora moderna, elaboram seu entendimento e o expõem precisamente para revelar os contornos da **sociedade fundada no conflito**; para iluminar o caráter das relações estabelecidas durante os cinco séculos entre uma elite colonial e escravocrata, de um lado, e povos indígenas, negros, mestiços e brancos pobres, de outro; e acolher, por fim, a dimensão do conflito como parte inseparável da identidade histórica e cultural da formação do nosso povo.

Esse é um pressuposto indispensável para a compreensão da trajetória que cumprimos, da colônia à formação da nacionalidade; dos dramas que nos afligem no presente e que explicitam a face monstruosa desta sociedade desigual. E, por fim, para oferecer suporte ao desenho do projeto generoso de sociedade que desejamos para o Brasil nos próximos 500 anos. O desejo de incorporar a diferença e os diferentes, a dimensão das contradições, dos conflitos de interesses sociais, étnicos, regionais, sedimenta uma concepção que escapa à polarização sem nuances, entre opressores e oprimidos, e, ao mesmo tempo, torna possível recusar a homogeneização de interesses e projetos sociais e políticos contraditórios sob o manto das exigências

sequestrados, para cá foram trazidos. Durante quase 400 anos, viveram neste país a afronta de um sistema de produção então já condenado pela história. Protagonistas de gestos também heróicos, fundaram aqui territórios livres - os quilombos - provas vivas da afirmação da dignidade humana e das lutas mantidas até os dias de hoje pelas entidades negras frente a um poder todavia infame e

► a verdade dos setores populares que, durante toda a nossa história lutaram para mudar o seu curso, na busca da constituição de uma sociedade justa e fraterna. Os setores populares foram os protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal. Hoje, a luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego em massa são dois de seus combates maiores no rumo da construção de uma nova sociedade.

Durante a difícil constituição da sociedade brasileira nestes 500 anos, a violência sempre permaneceu, mudando sempre de forma. De igual maneira, os exemplos de generosidade, criatividade e de vontade de construir um território livre e independente e uma sociedade justa e humana sempre existiram e quem os legou a nós foram os povos indígenas, os povos negros escravizados e os setores populares. São estes, também, os que nos dias de hoje continuam a nos dar exemplos constantes de que é possível transformar a vida e a sociedade, em benefício de todos.

Pretendemos, através do nosso movimento, expor nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais. Estas irão comemorar os 500 anos da construção de uma nação supostamente unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a "contribuição voluntária" dos povos indígenas, dos africanos "trasladados" para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais, inexistente a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história como no presente, projetando-se no futuro.

A brutalidade do genocídio indígena capitaneado pela empresa colonial e responsável pela extinção de povos inteiros, a barbárie da sociedade escravocrata que espoliou os povos africanos sacrificando e desagregando famílias e comunidades, a crueldade atroz, que vitimou e vitima cotidianamente os setores populares, marca uma das sociedades mais desiguais do planeta: a sociedade brasileira até os dias de hoje. Todas essas realidades históricas não podem ser compreendidas sem a noção central do conflito - conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano, da própria história.

da "globalização".

A recusa finca raízes em necessidades de natureza econômica, social e política de afirmação do Brasil como nação. Mas não pode nem quer escapar do chão **cultural** de onde retira a seiva indispensável para se exprimir. Num momento em que a dinâmica do capital financeiro nos países centrais aprofunda a dependência e força o colapso dos estados nacionais, nos países periféricos, a dimensão cultural adquire uma importância essencial como signo de identidade - em dias como os que correm, é profundamente verdadeiro afirmar que *nossa cultura é nossa diferença* - e, num país como o Brasil, essa identidade é inseparável da história moldada nos canaviais e nas minas, nos engenhos e nas senzalas, nas igrejas, nas usinas, nos terreiros, nas rodas de samba ou de capoeira, no *Quarup*; nos estádios, pelas mãos de índios, negros, amarelos, brancos e seus descendentes.

O Brasil, como povo, inclui-se "*no fato americano*". Não é redutível, portanto, à matriz histórica e cultural européia e ocidental. Vaza com avassaladora energia desse contorno ao incorporar na medula os Orixás e os Xamãs, e misturá-los com espantosa liberdade às heranças culturais e religiosas dos colonizadores; ou, indo além, ao instituir a dinâmica do *sincretismo* como processo capaz de incorporar e legitimar novos componentes ao seu perfil cultural.

A tarefa de desvelar a história que cumprimos nestes cinco séculos, e oferecer uma leitura que recupere aquela definição de **uma sociedade fundada no conflito**, está posta. Dela deriva outra não menos importante: trabalhar a paixão do nosso povo por uma perspectiva democrática e popular que se contraponha ao processo de desconstituição nacional em curso. A Fundação Perseu Abramo deseja somar-se a todos os setores populares que se empenham para concretizar esse objetivo, convencida da importância de trazer à luz e ao debate a elaboração dos estudiosos capazes de, em fina sintonia com as aspirações populares, contribuir para redesenhar o projeto de Brasil que contemple as esperanças da maioria dos seus filhos.

Comissão do Diretório Nacional do PT 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

Os 500 anos da ocupação do território brasileiro pelos portugueses, é uma oportunidade muito importante para a luta popular no Brasil incorporar uma dimensão, que pode em muito contribuir para a consolidação de uma identidade de luta para o nosso povo. Por isso, é um movimento não somente passageiro, sobre uma data a ser lembrada, ou como um fato conjuntural, mas um movimento duradouro que tem importância estratégica, na medida em que contribuirá para criar uma cultura que reforçará o conjunto de nossas lutas atuais e do próximo período da luta pela soberania nacional, pela democracia e pelo conjunto das reivindicações e direitos populares. A nossa visão é a de que não será possível transformar o país sem sujeitos desta transformação e não existem sujeitos sem identidade. Porém esta identidade não se construirá somente por suas relações econômicas ou com base nas crises políticas conjunturais. Resgatar a tradição de luta popular dos brasileiros é

fundamental para sermos os sujeitos de nosso futuro. As elites dominantes, no decorrer destes 500 anos, tudo fizeram e continuam fazendo para apagar esta tradição. Agora, através das comemorações oficiais dos 500 anos, pretendem reforçar a nossa história, como a história dos vencedores: do encontro pacífico de raças, da cordialidade de classes e das "descobertas" e ajudas de nações opressoras.

Portanto, um primeiro papel fundamental do movimento "Outros 500! Brasil, 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular" é o de denunciar os 500 anos de opressão de raça e classe do Brasil. Porém, como a própria denominação do movimento diz, trata-se principalmente, resgatar a confiança na luta e a auto-estima de nosso povo. Como um povo lutador que, apesar de tudo, continua resistindo e foi capaz de construir aquilo de positivo que existe em nosso país em nossos dias. Que, apesar de todas as transições por cima, foi sujeito da luta contra a invasão do Brasil, contra a escravidão, pela independência, pela república, contra colonialismo e o imperialismo, o latifúndio e as ditaduras e contra a exploração capitalista e o racismo que perduram. Na maior parte, estas lutas não tiveram uma dimensão territorialmente nacional e foram mais movimentos e heróis mais localizados ou estaduais, mas que, dentro das condições históricas, resistiram à opressão, e procuraram transformar suas utopias em realidade, e procurar afirmar uma nova sociedade mais justa, soberana e fraterna. Estes são os "Outros 500 Anos" que vamos resgatar, aqueles as elites querem manter no esquecimento.

A atuação do PT, terá duas vertentes: uma, no sentido de contribuir o movimento mais geral dos "500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular". Outro com ações próprias ou em conjunto com a Fundação Perseu Abramo, que já tem uma projeto em construção.

O PT NO MOVIMENTO GERAL

Já foram realizadas 5 reuniões nacionais do movimento. Porém ainda é um movimento com pouca dimensão nacional e poucos comitês organizados nos estados. O papel do PT, assim como o de outros partidos do campo popular e de outras entidades mais organizadas nacionalmente como a CUT e o MST, é fundamental para fazer avançar-lo. O PT tem assim um papel fundamental, tanto para a articulação destes partidos e entidades nacionais, como, a partir de nossas instâncias estaduais, municipais e setoriais, desenvolvê-lo na base da sociedade.

Neste sentido, o PT se incorpora ao conjunto das ações que estão sendo programas pelo movimento e na sua organização, especialmente:

- Marcha nacional de 22 de abril de 2000 para Porto Seguro.
- 20 de novembro, dia Nacional da Consciência Negra.
- 7 de setembro, Dia do Grito dos Excluídos.
- Em atos de dias regionais que terão caráter e dimensão nacional. O primeiro foi 2 de julho (Independência da Bahia), em Salvador.
- Levar esta discussão para o Fórum Nacional por Trabalho Terra e Cidadania, em nível nacional e nos estados.
- Discutir com os partidos de oposição, seja a nível de suas direções nacionais e estaduais, sejam nas frentes parlamentares.

AÇÕES E MEDIDAS PRÓPRIAS DO PT

A comissão apresentou um conjunto de propostas preliminares sobre ações e medidas próprias do PT, para debate, as quais deverão ser aprofundadas num seminário de planejamento, aprovadas na direção partidária e socializada junto a nossa militância.

COMISSÃO NACIONAL DO PT, PARA OS "OUTROS 500 ANOS"

**Sônia Hypólito (Sec. Nac. Movimentos Populares),
Flávio Jorge (Sec. Nac. Combate ao Racismo),
Jorge Almeida (Sec. Nac. Formação Política),
Rógério Sottilli (Sec. Nac. Agrária).**



Expediente

Boletim da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo - SNCR
Secretário: Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Coletivo da Secretária:
1 - Cleuzimar Pinto - Maranhão
2 - Márcia Catarina Andrade - Mato Grosso do Sul
3 - Martins Alves da Chagas - Minas Gerais
4 - Nelson Murilo Padilha - Santa Catarina
5 - Pedro Alberto Teixeira - Rio Grande do Sul
6 - Samuel Vida - Bahia
7 - Sebastião Arcanjo - São Paulo
8 - Verônica Marques Rodrigues - Rio de Janeiro
Apoio: Secretaria Nacional de Comunicação
Diagramação: Alexandre Machado

AGENDA DO MOVIMENTO NEGRO



Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, 1995 - Brasília

AGENTES DE PASTORAL NEGROS RUMO AO TERCEIRO MILÊNIO

O Quilombo Central - Associação Cultural e Beneficente, entidade que abriga os Agentes de Pastoral Negros de todo o Brasil, estará realizando **nos dias 16, 17 e 18 de Julho** do corrente ano, na cidade de Goiânia/GO, sua VII Assembléia Nacional Eletiva. O objetivo central dessa Assembléia será estabelecer as diretrizes da entidade para o próximo milênio e eleger uma nova coordenação para o próximo biênio. Na pauta da Assembléia, além de uma análise da conjuntura brasileira, está incluída uma reflexão sobre a realidade APN nos diferentes Estados do Brasil e sobre a participação no II ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras.

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU Setembro de 1999

A pauta e o local de sua realização estão sendo definidos pela coordenação do Congresso

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS

II Encontro Nacional de Entidades Negras - ENEN

08 A 11 de Outubro de 1999

Rio de Janeiro - Brasil

TEMA: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Passados quase oito anos do I ENEN, realizado em novembro de 1991, diante das exigências da conjuntura nacional e internacional, da necessidade de repensar a estrutura da Coordenação Nacional e o fortalecimento dos Fóruns Estaduais, de definir plataformas, planos de ações comuns e o tipo de lutas possíveis de serem articuladas, a CONEN está organizando o II ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras.

Será realizado entre 08 e 11 de Outubro de 1999, na cidade do Rio de Janeiro, no Campus da UERJ/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A perspectiva é construir um encontro qualitativo onde as principais questões existentes na agenda dos movimentos sociais negros, passem por reflexões mais aprofundadas e sejam transformadas em propostas orientadoras da ação política das entidades negras que se articulam em torno da Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN.

ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS NO ANO 2000

Finalmente vem aí o 3º Encontro Nacional de Mulheres Negras. Previsto para o ano 2000 ele está sendo organizado por uma Comissão de Mulheres Negras de diversas militâncias, em Belo Horizonte - MG e com o apoio dos Fóruns Estaduais de Mulheres Negras

I CONGRESSO NACIONAL DA UNEGRO

14 a 16 de Janeiro de 2000

Salvador - Bahia

A UNEGRO - União de Negros pela Igualdade, após realizar três seminários nacionais (1993 - Salvador/BA; 1994 - Florianópolis/SC; 1998 - Vassouras/RJ), irá realizar no ano 2000 o seu I Congresso Nacional que irá consolidar a organização nacional da Entidade. O I Congresso irá aprovar o programa geral nacional da UNEGRO, bem como a sua estrutura organizativa.

A UNEGRO também integra a CONEN e vai participar do II ENEN.

II ENCONTRO NACIONAL DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS

15 a 22 de Abril de 2000

Salvador - Bahia

Organizado pela Coordenação Nacional provisória das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o Encontro terá o seguinte tema: Brasil outros 500, os Quilombos estão vivos!

Vai ocorrer no período de 15 a 19 de Abril e os participantes deverão participar, a seguir, da Marcha Nacional do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular para Porto Seguro/BA, no dia 22 de Abril de 2000.

MARCHA NACIONAL DO MOVIMENTO DE RESISTENCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR - BRASIL: OUTROS 500

Será realizada no dia 22 de Abril de 2000 e faz parte de um conjunto de diversas ações que serão realizadas neste período no extremo sul da Bahia, na região de Porto Seguro/Cabrália, para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular.

Mais informações sobre essa agenda (e de novos informes que forem enviados a SNCR) podem ser obtidas no nosso link na página do PT na Internet: <http://www.pt.org.br>

